

Polícia Civil mira diretor da FUABC e prende ex-vereador de Santo André

OPERAÇÃO CONTAMINATIO

Polícia Civil mira diretor da FUABC e prende ex-vereador de Santo André

Pedro Seno é investigado; Thiago Rocha está preso temporariamente

WILSON GUARDIA

wilsonguardia@dgabc.com.br

A Polícia Civil deflagrou ontem a Operação Contaminatio para desarticular uma organização criminoso ligada ao PCC (Primeiro Comando da Capital) – uma das maiores facções da América Latina com ramificações na Europa – e infiltrada em prefeituras e outros órgãos públicos. Os membros do suposto esquema eram responsáveis por lavar dinheiro obtido principalmente do tráfico de drogas. Segundo a SSP (Secretaria de Segurança Pública) de São Paulo, ao todo seis pessoas foram presas e 22 mandados de busca e apreensão cumpridos.

Entre os alvos, dois nomes de Santo André. Pedro Seno, afastado do cargo de diretor de inovação da FUABC (Fundação do ABC) ainda ontem, foi alvo de busca e apreensão. Já o ex-vereador de Santo André Thiago Rocha de Paula foi preso em um edifício de escritórios na Avenida Brigadeiro Faria Lima, na Capital, e vai ficar sob custódia temporária do Estado por 30 dias.

A Justiça também determinou o bloqueio de mais de R\$ 513 milhões em bens e ativos ligados aos investigados. As diligências, conduzidas pela Dis (Delegacia de Investigações sobre Entorpecentes) de Mogi das Cruzes, ocorreram nas cidades de Santo André, São Paulo, Guarulhos, Mairinque,



THIAGO ROCHA. Ficar sob custódia temporária do Estado por 30 dias

Campinas, Ribeirão Preto, Santos, Goiânia e Aparecida de Goiânia (GO), Brasília (DF) e Londrina (PR).

A Contaminatio é desdobramento da Operação Decurio, realizada em agosto de 2024, quando foram apreendidos dispositivos eletrônicos que revelaram um complexo sistema de movimentação financeira ilícita.

Segundo as investigações, a quadrilha teria avançado na criação de um "núcleo político", com o objetivo de acessar recursos públicos e ampliar sua atuação. Entre as estratégias estava a tentativa de influenciar eleições, com apoio ou financiamento de candidaturas alinhadas aos interesses da organização. De acordo com a Polícia Civil, o principal

método dos investigados estava no uso de contratos entre prefeituras e uma fintech (empresas de base tecnológica que oferecem serviços financeiros digitais), responsável por operacionalizar o esquema de lavagem de dinheiro.

"O que se apurou foi uma estrutura sofisticada, que buscava não apenas lucrar com atividades ilícitas, mas também se infiltrar em esferas do poder público para potencializar esses ganhos e dar aparência de legalidade aos recursos", afirmou o delegado Fabrício Intelligenza, responsável pela investigação.

Thiago Rocha, historiador, cientista político e criador da Escola de Governo de Santo André, terceiro suplente do PSD, assumiu a vereança por

20 dias. A defesa dele não foi localizada. A reportagem procurou Pedro Seno, que até o fechamento da edição não havia se manifestado.

Em nota, a Câmara de Santo André informou que o investigado exerceu mandato no período de 5 a 25 de maio de 2022, em virtude de licenciamento do titular da cadeira. Desde então, não mantém qualquer vínculo funcional ou político com a Casa Legislativa. "Durante o breve período em que esteve no exercício do mandato, Thiago Rocha de Paula não participou de processos de contratação, licitação ou decisões estratégicas de competência administrativa da Câmara de Santo André", informou a assessoria do Legislativo, que garantiu acesso aos registros funcionais e administrativos da Câmara aos órgãos de controle e de investigação.

Procurada, a Prefeitura de Santo André informou que não possui contrato vigente com empresas ou pessoas físicas cujos nomes tenham sido citados na Operação Contaminatio. O governo municipal ainda disse que mantém rotinas permanentes de controle e fiscalização e segue à disposição das autoridades.

A Fundação do ABC garantiu que não recebeu nenhuma comunicação por parte das autoridades acerca da operação policial, mas que decidiu afastar Pedro Seno do cargo. "Medida adotada com o objetivo de assegurar a devida apuração dos fatos, bem como garantir ao profissional o pleno direito ao contraditório e à ampla defesa." A OSS (Organização Social de Saúde) ainda pontuou que não foi mencionada como parte nas investigações.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Diário do Grande ABC

Seção: Política/Regional/Nacional Pagina: 4